

CUNHA DETONADO

O STF AFASTA O PEEMEBISTA,
PESO MORTO NA TRAMA
DO IMPEACHMENT DE DILMA

por ANDRÉ BARROCAL

EDUARDO CUNHA adora uma gravata de cor berante. Foi com uma amarelíssima sobre a proeminente barriga que ele comandou na noite da quarta-feira 4 a aprovação na Câmara de cargos novos para gabinetes de deputados antes de encerrar a sessão e retirar-se. Ao acordar no dia seguinte, o mecenas dos cargos tomou um susto: tinha perdido o próprio. Dois, aliás. À porta da residência oficial do então presidente da Câmara, um oficial de Justiça notificava o inquilino de uma liminar concedida pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. Para o peemedebista não obstruir as várias investigações contra ele e para a nação não correr o risco de ver um réu por corrupção acomodado no Palácio do Planalto em decorrência do *impeachment* de Dilma Rousseff, Zavascki atendera a um pedido feito há quase cinco meses e resolvera afastar Cunha do mandato e do comando da Câmara. Decisão nada la-

mentada pelas forças favoráveis ao impedimento da presidenta. O agora ex-deputado havia se tornado uma peça inútil do jogo após a aprovação da admissibilidade do processo em 17 de abril.

O peemedebista, segundo seus aliados, ficou “chocado”, “indignado” e “puto” com a liminar, ratificada por unanimidade no mesmo dia pelo plenário do STF. Cunha teria afirmado que Zavascki só tomou a decisão por “ciúmes”, temeroso de que

outro colega da Corte o fizesse antes dele. Reações previsíveis de um “psicopata”, na célebre definição do deputado pernambucano Jarbas Vasconcelos, do PMDB. A pergunta justamente é esta: como vai se comportar o “psicopata” de agora em diante? O presidente da Câmara já demonstrou seu estilo: quando acuado, parte para o ataque. Por vingança instaurou o processo de *impeachment* quatro horas depois de o PT anunciar voto a favor de sua cassação no Conselho de Ética. Em Brasília, há um certo suspense. O “homem-bomba” explodirá sozinho ou fará novas vítimas? “Se Eduardo Cunha decidir se tornar delator, será o maior e vai enterrar a nova República, o governo Temer”, comentou o vice-presidente do Senado, Jorge Viana, do PT.

A inédita decisão do STF criou uma situação cujos desdobramentos definitivos



LULA MARQUES/AGÊNCIA PT, ROSINEI COUTINHO E ANDRESSA ANHOLETE/AFP



Zavascki tirou o deputado do poder. Ao lado, alguns dos raros que o combateram no Congresso Nacional

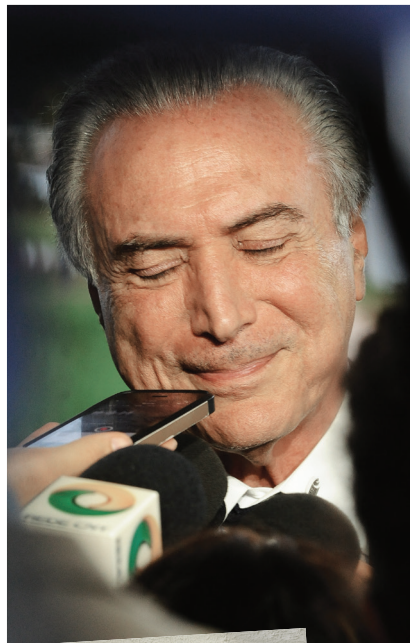




DILMA ROUSSEFF SOBRE A DECISÃO DO STF: "ANTES TARDE DO QUE NUNCA"

se darão nos próximos dias, a depender dos arranjos políticos do grupo de Cunha e de Michel Temer, o vice-presidente prestes a assumir um governo provisório. Não se sabe se haverá uma nova eleição para o comando da Câmara ou se o atual vice-presidente da Casa, Waldir Maranhão, do PP, completará o mandato de Cunha. Este precisa de um aliado no posto, fonte de seu poder e de sua esperança de escapar da cadeia. Ainda terá força entre os pares, sabe-se lá à base de quais argumentos, para tentar uma cooptação de Maranhão ou impor a realização de uma nova eleição na esperança de emplacar um sucessor comprometido com sua causa?

Diante de aliados, Cunha disse contar com Temer. A principal tese do ex-presidente da Câmara é de que seu afastamento joga a favor de Dilma no processo de im-



O afastamento de Cunha limpa o cenário para a posse de Temer

peachment. O vice deveria se pre-ocupar. Na interpretação de ministros petistas, Temer mergulhou na cassação de Dilma por obra de Cunha. Segundo um deles, o vice não tinha a opção de contrariar o "sócio", para recorrer a um termo usado pela presidente. O presidenciável Ciro Gome-

mes, do PDT, que foi deputado federal entre 2007 e 2010, sempre repete que a dupla atuava em parceria desde aquela época. Cunha, segundo Ciro, seria um mercador de leis e teria em Temer, então presidente da Câmara, alguém para acobertar suas manobras. O vice não esconde os laços entre eles. Ou não escondia. Em um vídeo postado na internet, ele elogia o companheiro durante o evento de uma igreja evangélica. "Tenho no Eduardo Cunha um auxílio extraordinário na Câmara", discursa. "As tarefas difíceis eu entrego à fé do deputado Eduardo Cunha."

O ex-presidente da Câmara acertou ao prever que seu caso daria munição a Dilma. O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, ingressará ▶

O TEMPO POLÍTICO DE JANOT

POR SERGIO LIRIO

Não se pode negar, a força-tarefa da Operação Lava Jato, incluída a Procuradoria-Geral da República, move-se em um timing político perfeito. Às vésperas da decisão do Senado que vai afastar Dilma Rousseff da Presidência da República, Rodrigo Janot, procurador-geral, abriu a caixa de Pandora. Em três dias, ofereceu denúncias ou solicitou novas investigações contra a presidenta, Lula, ministros petistas, a cúpula do PMDB e o principal articulador do impeachment, o senador tucano Aécio Neves. Estranhamente deixou de fora o maior beneficiado do complô em curso, o vice-presidente Michel Temer, que deve assumir a cadeira no Palácio do Planalto a partir da quinta-feira 12 e foi citado tanto quanto os demais por delatores.

Janot solicitou o aprofundamento das investigações contra Aécio Neves em duas frentes. O tucano teria recebido propinas pagas por fornecedores da estatal elétrica Furnas, um escândalo que ronda o terreno do mineiro há quase uma década, desde o aparecimento da famosa Lista de Furnas. Neste caso, o procurador-geral apontou como "líder de uma célula criminosa" o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, afastado do mandato na quinta-feira 5 por decisão liminar de Teori Zavascki, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Com base na delação do senador Delcídio do Amaral, Aécio também será investigado por supostamente maquiardados do Banco Rural para ocultar os desvios de dinheiro do "mensalão" do PSDB, que

tungou verbas de estatais de Minas Gerais para financiar, via caixa 2, a campanha à reeleição do então governador Eduardo Azeredo. No mesmo inquérito serão investigados o deputado Carlos Sampaio, um dos mais ferozes defensores do impeachment da presidenta, e Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro pelo PMDB, que à época exercia o mandato de parlamentar pelo PSDB. O senador tucano nega as acusações e disse confiar na Justiça. Em nota, Paes garantiu que “em nenhum momento o então governador Aécio Neves solicitou qualquer tipo de benefício nas investigações da CPI dos Correios” e afirmou orgulhar-se de seu trabalho na comissão parlamentar.

No PMDB, além de Cunha, a Procuradoria-Geral alvejou Renan Calheiros, presidente do Senado, Romero Jucá, cotado para assumir um ministério no governo Temer, Jader

Barbalho e Valdir Raupp. Calheiros e seus correligionários seriam beneficiários da distribuição de propina nas obras da Hidrelétrica de Belo Monte, segundo a delação de Delcídio do Amaral. As citações serão incluídas em um inquérito em curso no STF. Todos os envolvidos negam as acusações.

Janot reservou a Lula e ao PT as referências mais duras. O procurador-geral afirma que o partido age como “uma organização criminosa vertical” e escora-se na tese do domínio do fato para intuir que seria impossível o ex-presidente não ter conhecimento do amplo esquema de propinas investigado pela Lava Jato. Dilma, Lula e José Eduardo Cardozo, atual advogado-geral da União, são suspeitos de tentar obstruir a Justiça no episódio da nomeação do ex-presidente para a chefia da Casa Civil, iniciativa barrada por uma liminar do ministro

Gilmar Mendes, do STF. A acusação baseia-se nos diálogos entre Dilma e Lula ilegalmente captados e vazados pelo juiz Sergio Moro. Em nota, o Instituto Lula rebateu: “Só existe um crime evidente neste episódio: a gravação clandestina e divulgação ilegal de um telefonema da presidenta da República”.

Lula, segundo a Procuradoria-Geral, teria tentado impedir as investigações em outro momento, aquele da tentativa de compra do silêncio de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras. Flagrado em um diálogo bizarro com o filho de Cerveró, no qual ofereceu uma rota de fuga e uma mesa em troca da cumplicidade do executivo preso, o senador Delcídio do Amaral, em sua delação, resolveu jogar a culpa nas costas do ex-presidente. Segundo Delcídio, a decisão de fazer a oferta a Cerveró foi tomada em uma reunião na sede do Instituto Lula, em

São Paulo. Dilma estaria ciente das tratativas. A presidenta já havia dito que as afirmações não passam de “inverdades e absurdos” e correspondem a um “imoral e mesquinho desejo de vingança” do parlamentar prestes a ser cassado pelo Senado.

Em outra nota, o Instituto Lula criticou o que considera uma antecipação de juízo da PGR. “O presidente Lula”, acrescenta o texto, “não participou direta ou indiretamente de qualquer dos fatos investigados pela Operação Lava Jato.”

P.S. 1: Diante de um comunicado da Federação Nacional dos Policiais Federais sobre o reajuste salarial da categoria, quem mais seria capaz de assegurar a independência funcional da PF ou negar seu claro viés partidário? Relembremos o conteúdo: a Fenapef insinua que a opção do governo por não conceder aumentos aos delegados e agentes poderia influenciar nas investigações contra líderes do PT. Incapaz de fornecer uma explicação mais adequada, Antônio Boudens, presidente da federação, lamentou a divulgação: “Equívoco insanável”. A definição apropriada seria outra: chantagem.

P.S. 2: Por falar em chantagem, Cunha e os demais investigados do Congresso pretendiam comprar a simpatia do Judiciário com a tramitação em regime de urgência do reajuste salarial de magistrados e servidores. Para Cunha não funcionou. O impacto do mimo até 2019 sobre as contas públicas alcançará 15 bilhões de reais. Os mesmos parlamentares que tramam essa facada no Orçamento acusam Dilma Rousseff de “populismo” e “irresponsabilidade fiscal” por anunciar um aumento de 9% no valor do Bolsa Família.



Lula, Calheiros e Aécio Neves. A diversidade de agora visaria encobrir a seletividade de costume?



NELSON ALMEIDA/AFP, ANDRESSA ANHOLETE/AFP, JOSÉ CRUZ/ABR, EVARISTO SA/AFIP E RICARDO STUCKERT/INSTITUTO LULA

CAPA

▶ no STF para tentar anular o ato de Cunha que deu curso à deposição da presidenta. Ao defender Dilma na comissão do *impeachment* do Senado logo após a liminar de Zavascki, Cardozo insistiu que a cassação nasceu por chantagem do peemedebista e por “desvio de finalidade” deste. “É o mesmo *modus operandi* que levou a seu afastamento hoje.” Em viagem oficial ao Pará no mesmo dia, a mandatária afirmou algo parecido: “Esse *impeachment* é um claro desvio de poder, porque ele usa o cargo para se vingar de nós porque nós não nos curvamos às chantagens dele”. Dilma não deixou, porém, de observar: “Antes tarde do que nunca”.

O argumento foi incapaz, porém, de abalar o antidilimismo do relator da comissão, o mineiro Antonio Anastasia, do PSDB. Ao apresentar seu parecer pró-cassação na véspera, Anastasia apontou uma “manifesta ausência de demonstração de desvio de finalidade”. Não surpreende a convicção tucana. Uma das autoras do pedido aceito por Cunha, a advogada Janaina Paschoal, recebeu 45 mil reais do partido pelo trabalho, conforme declaração da própria à comissão. Miguel Reale Jr., que também assina o parecer, foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique. Um terceiro, Flavio Henrique Costa Pereira, recebeu 273 mil reais para trabalhar na campanha presidencial de Aécio Neves na eleição de 2014. Anastasia foi vice de Aécio no governo de Minas Gerais, sucedeu-o no comando do estado e é acusado de também cometer certas “pedaladas fiscais”.

Tucanices à parte, o “desvio de finalidade” cometido por Cunha no exercício do mandato e do comando da Câmara é a essência do surpreendente, embora tardio, julgamento do STF. Em seu despacho, Zavascki usa quatro vezes a expressão, ao referir-se às práticas do peemedebista. Como deputado e presidente da Câmara, concordaram unanimemente os ministros, Cunha ameaça as diversas investigações criminais e parlamen-

tares em curso contra ele. Era a alegação central do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, autor da solicitação de afastamento, na qual batizara o parlamentar de “delinquente”.

Janot listava 11 situações nas quais Cunha teria abusado do mandato em proveito próprio e por motivações nada republicanas. Entre elas, patrocinar a contratação pela Câmara de uma empresa de espionagem, a Kroll, para investigar quem o incriminava. Perseguir empresas com requerimentos de informação para achá-las, casos da Mitsui e da Schahin. Comercializar leis em troca de dinheiro. Engessar seu processo no Conselho de Ética.

O pedido do procurador-geral repousava no STF havia quase cinco meses. Nos bastidores do tribunal, era possível ouvir que Zavascki não o considerava suficientemente consistente para justificar tamanha intervenção de um Poder em outro. Mesma avaliação de um importante procurador da República, igualmente desconfiado da qualidade do requerimento da Procuradoria. Para este, foi a razão de Janot acionar o STF em 16 de dezembro passado, antevéspera da última sessão do tribunal antes do recesso Judiciário. Seria uma tentativa de arrancar uma decisão apressada, não muito atenta.

Em seu despacho, Zavascki parece ter sentido necessidade de explicar o motivo da demora para se pronunciar sobre o pedido de liminar. E o fez com observa-



ções que mais se assemelham a alfinetadas em Janot, apesar de o ministro não tecer considerações específicas sobre o trabalho do Ministério Público. Segundo ele, não cabia tomar uma decisão rapidamente, pois seria necessário antes arguir a defesa do peemedebista, só possível após o recesso do Judiciário, a partir de fevereiro. Além disso, o ministro respaldou sua decisão em “fatos supervenien-



Contribuição do ilustrador Ricardo Cammarota

EVARISTO SAI/AFPE E MARCOS OLIVEIRA



**O TUCANO
ANASTASIA
SEGUIU O SCRIPT,
COMO PREVISTO**

Janaina Pachcoal recebeu 45 mil reais pelo parecer a favor do impeachment. Anastasia manteve a pantomima

tes” ao requerimento da Procuradoria.

De fato, o prontuário de Cunha ficou mais extenso neste ano. Março foi um mês particularmente inglório. O peemedebista virou réu no STF em decorrência da acusação de receber 5 milhões de dólares em propina ao achacar um fornecedor da Petrobras. Foi alvo de outra denúncia no caso das contas secretas na Suíça. O Conselho de Ética decidiu seguir as apurações por quebra de decoro. Um novo inquérito foi aberto no Supremo para investigar a cobrança de propina na liberação de verbas públicas nas obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Mês novo, rotina velha. Em abril, o STF instalou mais três inquéritos contra o peemedebista, dois em decorrência da Lava Jato e um por consequência da delação premiada do senador Delcídio do Amaral, prestes a ser cassado no Senado. O mais recente inquérito vai apurar se Cunha fez negócios ilegais, por meio de aliados e doleiros, em Furnas. A

estatal é também a causa de Aécio Neves, padrinho de Anastasia, tornar-se alvo da PGR (*quadro à página 22*).

O iminente afastamento de Dilma Rousseff da Presidência pelo Senado, graças ao processo de *impeachment*, foi outro fator considerado por Zavascki. Com a petista fora do Planalto, o peemedebista se transformaria, na prática, no vice-presidente. Bastaria Temer deixar o País para Cunha assumir o comando. “Não há a menor dúvida de que o investigado não possui condições pessoais mínimas para exercer, neste momento, na sua plenitude, as responsabilidades do cargo de presidente da Câmara dos Deputados, pois ele não se qualifica para o encargo de substituição da Presidência da República, já que figura na condição de réu”, diz o despacho do magistrado.

A hipótese de Cunha ser presidente do Brasil pesou na decisão do STF. Um dia antes da liminar, o presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, resolvera colocar em votação uma ação ajuizada na terça-feira 3 pelo líder da Rede na Câmara,

Alessandro Molon. O partido queria afastar o peemedebista com base em uma tese jurídica há tempos em circulação em Brasília. Pela Constituição, um presidente da República convertido em réu por crime comum não pode permanecer no cargo. É afastado por até 180 dias, tempo para o processo ser julgado. A regra deveria ser aplicada para toda a linha sucessória da República, vice-presidente, presidentes da Câmara, do Senado e do STF? Segundo a ação, sim. Seu relator é o ministro Marco Aurélio Mello, causa, na fábula cunhista, do “ciúme” de Zavascki.

Concluído o julgamento, Cunha convocou a mídia e criticou a decisão. Prometeu recorrer e a definiu como uma “retaliação” por sua atuação no *impeachment*. “Se Deus quiser”, proclamou, “o Brasil vai poder se livrar do PT na quarta-feira.” A sessão que definirá o afastamento provisório de Dilma no Senado está marcada para 11 de maio. Mais uma vez, pronuncia-se o nome do Altíssimo em vão. •

